

5

Considerações finais

Vimos que as mudanças historicamente atribuídas à noção de infância e a compreensão da fragilidade e da dependência de atenção de uma criança permeiam nossas concepções de cuidados com relação aos pequenos. Neste estudo, constatamos que as relações de cuidados e as prioridades estabelecidas na criação dos filhos estão diretamente associadas aos contextos sociais, econômicos e familiares que compõem a construção das relações de cuidados. Há uma preocupação por parte dos cuidadores com os cuidados afetivos, com uma clara percepção de que a criança pequena precisa, sobretudo, de amor e de atenção. Embora em todos os relatos tenham sido destacados os cuidados com o corpo físico, mesmo os cuidadores de bebês acrescentaram que o cuidado com afeto é indispensável.

Apesar do reconhecimento da infância, da fragilidade e da inocência da criança, em pleno século XXI, vemo-nos ainda perplexos diante das inúmeras situações envolvendo violência e abandono de crianças. A constatação de tal realidade, de certo modo, ainda nos aproxima da época medieval em que crianças eram maltratadas, negligenciadas e mortas por diversos motivos, vivendo sem qualquer dignidade.

Para grande parte dos cuidadores entrevistados, os maus-tratos contra crianças ainda são associados, sobretudo, aos abusos físico e sexual. A violência ainda é tratada, por muitos, como fenômeno que deixa marcas físicas e que envolve risco de morte para a vítima, o que nem sempre acontece em situações de maus-tratos por negligência ou por violência psicológica. Cabe ao profissional de saúde estar atento a essas concepções e intervir no sentido do esclarecimento acerca da condição de promoção de saúde.

Todos os entrevistados, e até mesmo aqueles que julgavam desconhecer o que seria a negligência e /ou a violência psicológica, apontaram diversas preocupações com relação às possíveis repercussões que situações de violência contra criança podem ter sobre o desenvolvimento infantil. Alguns cuidadores

ainda destacaram as consequências dos maus-tratos na infância com desdobramentos na vida adulta. Observamos que questões referentes à inadequação, à inconstância e à insuficiência nas relações de cuidados com as crianças estão significativamente relacionadas à falta de esclarecimentos e de informações sobre aspectos fundamentais para o desenvolvimento saudável. Todavia, apesar das dúvidas e das inseguranças presentes nos relatos dos entrevistados, o investimento afetivo e o comprometimento na relação com as crianças mostrou-se o tempo todo presente.

Os resultados dessa pesquisa reafirmam a necessidade de se desenvolver estratégias de atuação junto a essas famílias, a fim de sensibilizá-las e esclarecê-las acerca das particularidades envolvidas no desenvolvimento infantil e que demandam necessidades específicas de cuidado. Para os pais, a possibilidade de reflexão sobre a relação de cuidados que têm com seus filhos só vem confirmar o valor de suas atribuições. Por outro lado, tratar da divulgação de informações sobre as diversas formas de maus-tratos, ou quais são os possíveis desdobramentos da violência sobre o desenvolvimento infantil é também fundamental. Nesse sentido, demanda-se uma ação eficiente e contínua do Estado, e que pode acontecer através do oferecimento de uma rede assistencial que trabalhe no apoio e no acolhimento dessas famílias. Muitas vezes, simples esclarecimentos constituem-se em pequenas demonstrações da delicada função que a rede de apoio assistencial possui junto a essas famílias.

Ouvir e conhecer o que os pais pensam sobre as relações de cuidados com suas crianças e como funcionam as dinâmicas familiares envolvidas; ou, ainda, saber em que contextos sociais vivem essas pessoas; e, até mesmo, conhecer as circunstâncias nas quais as crianças foram submetidas a situações de violência e de negligência, torna-se necessário para os profissionais de saúde que trabalham diretamente com essas famílias.

Muitas vezes, a dificuldade que alguns pais e responsáveis têm nos cuidados com suas crianças estão relacionados à precariedade de cuidados que eles próprios vivenciaram em suas infâncias e que, de alguma forma, acabam sendo reproduzidas na relação com seus pequenos. Em algumas circunstâncias, apesar do investimento afetivo que fazem na relação com os filhos, alguns

cuidadores falham na proteção desses, às vezes por falta de conhecimento, por motivos de adoecimento, e mesmo por total falta de recursos, e acabam sendo acusados de negligência.

Determinadas situações envolvendo a suspeita ou a confirmação de maus-tratos provocam tanta indignação que alguns profissionais de saúde tomam medidas estritamente punitivas em relação aos cuidadores supostamente responsáveis pela violência. A medida protetiva mais frequente é a notificação dos maus-tratos ao Conselho Tutelar. Frequentemente, o Conselho é acionado sem mesmo que todas as partes envolvidas tenham sido ouvidas. Nessas circunstâncias, os vínculos afetivos entre as crianças e os cuidadores são ignorados. Muitas vezes, as crianças são encaminhadas a abrigos, desconsiderando-se as experiências de privação e de desamparo a que podem ver-se submetidas ao serem prematuramente afastadas de seus principais objetos de amor. Pensar as experiências de cuidados com crianças permite aos profissionais que trabalham com famílias, a possibilidade de reavaliarem suas atuações, e poder oferecer suportes assistenciais adequados a contextos específicos.

Obviamente, algumas situações envolvendo a suspeita ou a confirmação de maus-tratos não deixam dúvidas diante da necessidade de afastamento da criança de sua família ou cuidador, a fim de garantir-lhe a dignidade e a própria sobrevivência. É fundamental que o Estado desempenhe sua função de proteção à infância. Entretanto, nem sempre a separação total é a melhor solução para os pais e, principalmente, para as crianças. Em muitas situações envolvendo a vitimização por maus-tratos, principalmente, no caso da negligência, o que se percebe é que essas famílias precisam de apoio, de suporte e de referenciais identitários, a fim de que possam manter-se unidas. Por isso, a melhor continência que o trabalho assistencial pode oferecer à dor daquela criança se dá no auxílio àquela família em dificuldades. Assim, respeitam-se os laços afetivos e investe-se no suporte aos pais para que esses consigam desempenhar minimamente bem suas funções de protetores e de cuidadores junto aos filhos.

Muitas mães e pais criam seus filhos sozinhos, em meio à situação de desestruturação familiar, risco social, uso abusivo de drogas lícitas e/ou ilícitas, condições de vida paupérrimas, entre outras dificuldades. Para essas pessoas, a

relação com um filho pode se constituir em tudo que têm de mais caro. O exercício da parentalidade representa o quanto são capazes de encontrar meios de cuidar de si próprios e de seus filhos, garantindo a manutenção do lar.

Ao pensarmos na situação dessas famílias, mais uma vez verificamos que o poder público tem grande responsabilidade no que diz respeito ao investimento nas redes assistenciais, de modo que essas tenham condições de prestar serviços de qualidade a fim de acolher os cuidadores comprometidos com a criação de crianças.

Nos serviços de saúde, o psicólogo é convocado a oferecer sua escuta às questões práticas, que envolvem uma realidade objetiva, mas também às questões subjacentes ao discurso dos cuidadores, que revela fantasias, medos, heranças familiares, e angústias envoltas nas relações de cuidados.

Os investimentos em futuros estudos voltados para a instrumentalização das práticas assistenciais é fundamental para o desenvolvimento do trabalho junto às famílias de crianças hospitalizadas, e nos contextos que envolvem cuidados, maus-tratos e negligência na relação com as crianças.